



## DIÁLOGOS CULTURAIS:

### POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB 2º CICLO

#### ATA Nº 01/2025

05 de maio de 2025

Aos cinco (5) dias de maio de dois mil de vinte e cinco (2025), às 19h, no Auditório Kinho Nazário, na Casa das Artes de Novo Hamburgo, agentes culturais locais e representantes do Poder Público se encontraram para dar início às discussões sobre a execução da segunda etapa da Política Nacional Aldir Blanc no município de Novo Hamburgo. O primeiro encontro dos "Diálogos Culturais da PNAB – 2º ciclo" (com um público registrado de 30 pessoas) contou com a apresentação da agente pública Clarisse de Andrade Gomes, da *Secretaria de Cultura – SMC*, que introduziu o debate sobre a implementação da PNAB no município. Em suma, a apresentação realizada pela servidora trouxe informações relevantes, começando com o montante previsto para Novo Hamburgo no ciclo nº 2, totalizando R\$ 1.532.115,56. Há possibilidade de redistribuição de recursos oriundos de entes que não aderiram ao programa, o que acarretaria num aumento desse valor. O plano de ação municipal já foi enviado e recebeu aprovação. O próximo passo nos Diálogos Culturais envolve a elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos (PAR), que deverá ser concluído até 1º de julho de 2025. Esse plano anual precisará contemplar metas e atividades, respeitando diretrizes como o percentual obrigatório de 25% (R\$ 383.028,89) para a Política Nacional da Cultura Viva (PNCV) e o limite de 5% (R\$ 76.605,77) para custos operacionais. Além disso, conforme o artigo 7º da Lei Aldir Blanc, 80% (R\$ 1.072.480,89) dos recursos poderão ser destinados a iniciativas de apoio ao setor cultural, abrangendo editais, chamamentos públicos, prêmios e aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural. Essas ações contemplam diversas áreas, como produção artística, economia criativa, audiovisual, manifestações culturais e subsídio para espaços culturais. Os outros 20% devem ser investidos em ações de incentivo direto a programas e projetos de democratização do acesso à cultura em áreas periféricas, urbanas, rurais e comunidades tradicionais. Em 2024, para alcançar a meta de 20% nessas áreas, em alguns editais, utilizou-

5 se a tabela do fator de descentralização. Para fins de consulta, a íntegra dessa  
30 apresentação se encontra em anexo à essa ata. Brevemente, é iniciada uma  
reflexão sobre as dificuldades enfrentadas e os fatores que facilitaram o acesso  
aos recursos da PNAB, por meio dos editais. A proposta é que os  
contemplados compartilhem suas experiências, destacando pontos positivos e  
negativos, para aprofundar a análise do processo de inscrição e acesso aos  
35 recursos. Dentre os pontos positivos levantados, destacam-se: a facilidade no  
processo de inscrição e envio de documentos; o recebimento do fomento antes  
do prazo previsto; a execução dos recursos conforme a lei e ausência de  
problemas na prestação de contas, até o momento; e exigências legais e  
fiscais para a liberação de recursos públicos conforme o Marco Regulatório de  
40 Fomento. Em relação aos pontos negativos, destacam-se: a baixa procura em  
editais do Cultura Viva (PNCV); editais com mais de 30 páginas (e mais de 60  
páginas com os anexos), caracterizando sua complexidade e o “difícil acesso”;  
e a avaliação seguindo a análise documental por primeiro, em vez de priorizar  
o mérito. Em seguida, tem início a discussão entre os representantes da  
45 sociedade civil presentes e o poder público a cerca da implementação da  
PNAB. Os inscritos recebem a oportunidade de se manifestar, apresentando  
seus pontos e compartilhando suas perspectivas sobre o 2º ciclo da PNAB.  
Diversas sugestões são levantadas com o objetivo de aprimorar o processo e  
facilitar a participação dos agentes interessados: **produção de vídeos**  
50 **formativos** (*sugere-se a criação de materiais audiovisuais com explicações  
detalhadas sobre o Mapa Cultural, o processo de habilitação e as etapas de  
inscrição nos editais*); **formação específica sobre o anexo 2** (*propõe-se a  
realização de treinamentos ou explicações direcionadas ao correto  
preenchimento do anexo 2, documento complexo para muitos participantes*);  
55 **formações focadas nas etapas dos editais** (*recomenda-se a organização de  
encontros formativos que abordem individualmente cada fase dos editais, por  
exemplo, um encontro dedicado exclusivamente à etapa de habilitação*);  
**realização de diálogos descentralizados** (*sugere-se a promoção de  
conversas e encontros propositivos em diferentes locais, buscando alcançar  
60 um público mais amplo e diversificado*); **ampliação dos prazos** (*menciona-se a  
necessidade de estender os prazos para inscrição, para habilitação e para a  
apresentação do plano de trabalho, oferecendo mais tempo para os*





interessados se prepararem adequadamente; **revisão do processo de avaliação** (no que diz respeito aos avaliadores, surgiram sugestões como  
65 aumentar o número de profissionais envolvidos, descartar a menor nota atribuída e criar um edital específico para pareceristas, buscando maior rigor e diversidade nas avaliações); **obrigatoriedade de elaboração de um parecer escrito justificando as pontuações atribuídas** (propõe-se que os avaliadores expliquem os critérios e justificativas das notas atribuídas aos projetos,  
70 assegurando uma avaliação mais qualitativa e transparente); **clareza na informação sobre solicitação de avaliação e parecer** (propõe-se que as comunicações oficiais informem de maneira mais clara e acessível a possibilidade de os participantes solicitarem avaliação detalhada de seus projetos e parecer técnico de recursos); **facilitação do acesso aos editais para a população da periferia** (foram levantadas questões sobre como garantir que os editais cheguem e sejam acessíveis às pessoas que vivem em áreas periféricas, demandando a busca por estratégias específicas; **consideração da oralidade como forma de apresentação de projetos** (sugere-se explorar a possibilidade de permitir que os projetos sejam  
75 apresentados oralmente, como uma alternativa ou complemento à documentação escrita); **implementação de plantões de auxílio na inscrição** (propõe-se a criação de um serviço de suporte presencial ou online para auxiliar os interessados no processo de inscrição, sanando dúvidas e oferecendo orientação); **revisão da obrigatoriedade de documentos na**  
85 **inscrição** (foi levantada a necessidade de reavaliar a obrigatoriedade de apresentação de currículo e portfólio ou Mapa Cultural já na etapa de inscrição, buscando simplificar o processo inicial). É chegado ao fim o primeiro encontro dos Diálogos Culturais da PNAB (2º ciclo), às 21h09min, com o próximo encontro já programado para o dia seguinte, terça-feira, 06/05/2025. Para  
90 constar, eu, Edson Evandro dos Santos Cardoso Júnior (assistente administrativo), matrícula 94598-3, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, Vanessa Stibel da Silva. A lista de presença assinada é anexo inseparável deste documento. Novo Hamburgo, 05 de maio de 2025.



Edson Evandro dos Santos Cardoso Jr  
Servidor SECULT  
Matricula 94598

Vanessa Stibel da Silva  
Presidente do CMPC  
Gestão 2024-2026